

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 14 de julho de 2021



Nesta edição:

- *Câmara debate medidas de liberação no comércio exterior;*
- *Programas de autocontrole das atividades de defesa agropecuária são debatidos na Comissão de Agricultura.*

## ***Câmara debate medidas de liberação no comércio exterior***

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) realizou audiência pública sobre as medidas de liberalização no comércio exterior com a presença de representantes de setores produtivos. O foco do debate foi a Resolução GECEX 173/21, que reduziu em 10% as tarifas de importação de máquinas e equipamentos classificados como bens de capital (BK) e de informática e telecomunicações (BIT).

A Resolução foi criticada pelos representantes do setor produtivo, que a consideraram como precipitada, sem debate prévio e isolada, uma vez que outros setores não foram afetados.

O professor de Economia da UFBA, Uallace Moreira Lima, destacou que a Resolução GECEX 173/21 contraria a tendência mundial pós-pandemia da COVID-19, em que países buscarão fortalecer as respectivas cadeias produtivas nacionais. Ressaltou que as medidas de comércio exterior na MP 1040 (Ambiente de Negócios) e a adesão nas compras governamentais da OMC também desestimulam o setor produtivo nacional.

O presidente da Abimaq, José Velloso, também criticou a Resolução GECEX. Afirmou que foi surpreendido com o anúncio por meio da imprensa, sem uma negociação prévia com o setor de BK e BIT. Ressaltou que a política histórica brasileira sempre privilegiou a exportação de bens primários, ao invés dos industrializados, e que isso precisa ser melhorado.

O assessor de Comércio Exterior da Abinee, Mario Roberto Branco, acredita que as medidas poderão desestimular o investimento de capital externo no Brasil e aumentar o desemprego. Ponderou que as alterações tarifárias devem ser precedidas de consultas públicas.

O superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, João Emílio Padovani, ressaltou que a discussão de abertura comercial não deve se limitar aos índices tarifários exclusivamente, sendo necessário considerar outros fatores como práticas ambientais, trabalhistas e de infraestrutura. Ressaltou que o aumento das importações não está diretamente relacionado ao crescimento da produtividade e que os dados recentes mostram isso.

O subsecretário de Estratégia Comercial da CAMEX, Fernando Alcaraz, afirmou que as tarifas brasileiras são muito elevadas se comparadas com o resto do mundo. Questionado sobre o início do aumento tarifário pelo BIT e BK, justificou que o movimento faz parte de um primeiro passo do Governo que reduzirá tarifas de importação de todos os setores. A estratégia de começar por BIT e BK se deu pela possibilidade de ser feita de forma unilateral.

Por fim, destaca-se que tramita na Câmara dos Deputados o PDL, 124/2021, do dep. Marcelo Ramos (PL/AM), que susta a Resolução GECEX 173/2021. A matéria aguarda despacho da Mesa Diretora desde 22 de março.

### ***Programas de Autocontrole das atividades de defesa agropecuária são debatidos na Comissão de Agricultura***

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), realizou audiência pública para debater o Projeto de Lei 1293 de 2021, que trata dos programas de autocontrole das atividades de defesa agropecuária. Estiveram presentes o Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Reginaldo Minaré; o Diretor Executivo da Viva Lácteos, Gustavo Beduschi; o Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA), Christiano Lobo; o Presidente Executivo da CropLife Brasil, Christian Lohbauer; o analista técnico-econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Fernando Pinheiro; e o assessor técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Leonardo Minaré Braúna.

Gustavo Beduschi (Viva Lácteos) destacou que o setor aprova os programas de autocontrole e os considera de extrema importância para o agronegócio no geral. Contudo, podem ser aperfeiçoados com definições claras acerca do protocolo privado de produção e dos produtos fora do padrão. O setor diverge sobre a produção dos Manuais Orientativos conjuntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pois deveriam ser desenvolvidos pelo próprio setor.

Para Christiano Lobo (ABIPESCA), o modelo atual de controle é limitador e oneroso. O PL 1293/2021 poderia ser aperfeiçoado para que os programas de autocontrole fossem aplicados no produto final, de forma que o acompanhamento da produção não mais se daria por processos, mas sim considerando a qualidade do produto final. Outra sugestão é alterar a ementa do projeto para que seja possível a criação de um programa de estabelecimentos autocontrolados.

Christian Lohbauer (CropLife) ressaltou sua preocupação com a isenção de registros de insumos agropecuários para consumo próprio. A redação atual do projeto abre brechas para que produtos de qualquer espécie sejam produzidos, o que pode se tornar um risco sanitário.

No geral, as entidades presentes se mostraram favoráveis ao projeto e disponíveis para contribuir com o PL 1293/2021. O objetivo geral dos setores do agronegócio é que através desse sistema de autocrontole seja possível modernizar e desburocratizar os processos de avaliação de produção, de forma que o setor privado ganhe mais autonomia ao realizar as normas de segurança na fabricação dos produtos.

O relator do projeto, dep. Domingos Sávio (PSDB-MG), afirmou estar aberto a mudanças nas penalidades para que o programa não se torne uma indústria de multas, mas sim um fator que garanta a continuidade de padrão de qualidade e segurança na produção dos alimentos. Além disso, deseja melhorar a redação atual para permitir maior autonomia das empresas e desburocratização do processo de inspeção de produção sem abrir brechas para produção de insumos que não sejam seguros.

A presidente da CAPADR, dep. Aline Sleutjes (PSL/PR), argumentou que o MAPA não consegue acompanhar o ritmo das produções e por isso a implementação do programa será um fator de expansão de produção para o agronegócio, tornando-o mais independente em suas atividades e mantendo a garantia da qualidade e segurança na produção dos alimentos.

Por fim, o dep. Domingos Sávio (PSDB-MG) destacou seu empenho para que o PL 1293/2021 seja aprovado ainda em 2021 e se comprometeu a agilizar as articulações na Câmara dos Deputados para obter a aprovação.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

<https://www.legisdata.cni.com.br/>

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA